

**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado para isso.
- 2 Este Caderno contém cinquenta questões de múltipla escolha, assim distribuídas: Língua Portuguesa → 01 a 10; Legislação → 11 a 20; Conhecimentos Específicos → 21 a 50.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 7 Os rascunhos e as marcações feitas neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de retirar-se definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

**Assinatura do Candidato:** \_\_\_\_\_



As questões 01 a 10 desta prova baseiam-se no texto abaixo.

### Ética e moralidade no Serviço Público

Costuma-se dizer que a *corrupção material* é o recebimento de qualquer vantagem por prática ou omissão de ato de ofício, e *corrupção moral*, a que precede a material, porque é óbvio que, ao receber a vantagem, já ocorreu no corrompido a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional. Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva, porque também quem oferece a vantagem indevida já não apresenta princípio moral.

A corrupção moral abrange também a corrupção de costumes, a falta de caráter particular ou nacional, o desleixo administrativo ou governamental, a falta de solidariedade num grupo humano, a indiferença pela sorte alheia ou pelo interesse público, a tolerância condescendente de superiores às falhas dos subalternos, filhos e tutelados.

Corrupção não é apenas a infração ao dever funcional praticada pelo agente público (político ou administrativo). Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento. A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna. Antes de ferir o patrimônio público ou particular, a corrupção degrada os valores íntimos de cada um, relativiza o costume e a cultura da virtude, anulando, pois, os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna de seu próprio orgulho.

A degradação moral começa por pequenas concessões, pequenas inversões axiológicas em nosso dia a dia e prossegue corroendo o homem e a sociedade. É, precisamente, a tolerância de pequenos vícios, já na vida privada, que prepara a aceitação das grandes corrupções na vida pública.

Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos, mais ainda na convivência profissional-funcional. Assim, por força da própria Constituição Federal, a ética passou a integrar o próprio cerne de qualquer ato estatal como elemento indispensável à sua validade e eficácia.

Como reforço dessa preocupação ética, a atual Constituição de 1988 também inovou no artigo 5º, inciso LXXIII, ao incluir a moralidade administrativa entre os valores básicos da República a serem protegidos por meio de ação popular. Segundo essa norma constitucional, mesmo que não haja efetivo prejuízo de ordem material ao patrimônio público, se o ato da Administração for lesivo à moralidade administrativa, deverá ser invalidado judicialmente, via ação popular, ou mesmo, antes, revisto administrativamente.

Cumprindo a norma inscrita nesse dispositivo constitucional, o legislador ordinário, através da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, cuidou de regulamentar minuciosamente as hipóteses de suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário em decorrência da prática de atos de improbidade administrativa, a qual abrange todos os atos imorais, ímprobos ou antiéticos.

A propósito, deve ainda ser lembrado que o legislador ordinário, normatizando sobre o assunto, através da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos, no artigo 116, inciso IX, também determina a obediência obrigatória ao princípio da moralidade administrativa ao incluí-lo entre os deveres funcionais dos servidores públicos.

Assim, o servidor público há de ser um ético de plantão vinte quatro horas por dia, já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica. Até porque a consciência ética do servidor público, nesse particular, além de restaurar a

cidadania, corrige a disfunção pública no Brasil, que decorre não só da falta de recursos materiais, mas, principalmente, da conduta muitas vezes perversa no atendimento aos usuários dos serviços públicos, atentatória aos direitos humanos universalmente declarados.

Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos em busca, por exemplo, de mera complementação salarial. De diárias artificialmente pagas a obras e compras públicas no interesse de muitos, menos no do Estado, eis o leque da corrupção que vemos no noticiário todos os dias. O empresário corrompe o governo, e o governo corrompe o empresário. Todos querendo ou esperando tirar alguma vantagem desse quadro sombrio.

É claro que há muitas exceções. Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio. Mas o organismo contaminado anula boas células.

Portanto, não sejamos fracos no bem a ponto de permitirmos tantos fortes no mal. O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.

Disponível em: <<http://www.ensinandodireitoluizamaral.com>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

**01.** Do texto, depreende-se que:

- A)** a corrupção material é diferente da moral, pois somente a primeira degrada valores, relativiza costumes e anula princípios.
- B)** a corrupção material e a corrupção moral representam atitudes ilícitas, as quais, em princípio, ocorrem de forma concomitante.
- C)** a corrupção material é anterior à corrupção moral. Esta representa a deterioração de qualquer princípio de moralidade pessoal ou funcional; aquela pressupõe pagamento de vantagem para prática ou omissão de ato de ofício.
- D)** a corrupção material e a corrupção moral podem ser caracterizadas como ativa e passiva. Em ambos os casos, esses atos ilícitos pressupõem como criminosos tanto aquele que oferece vantagem indevida quanto o que a recebe.

**02.** Em relação à sua conduta, o funcionário público

- A)** tem de apresentar conduta ética, balizada por princípios pessoais ou por obediência obrigatória às leis em vigor.
- B)** deve agir, no exercício profissional diário, de modo a preservar a consciência ética dos usuários dos serviços públicos.
- C)** impede a ocorrência de atos de corrupção praticados por agentes públicos (políticos ou administrativos) quando age em obediência às leis.
- D)** garante o cumprimento dos direitos humanos universalmente declarados quando realiza atendimento adequado aos usuários.

**03.** De acordo com o texto, é correto afirmar:

- A)** A expressão “filhos e tutelados”, no 2º parágrafo, refere-se a parentes de pessoas na administração pública que são favorecidos com alguma função em órgãos estatais.
- B)** No 5º parágrafo, afirma-se que a ética passou a integrar a Constituição Federal, como forma de normatizar a convivência informal e a convivência profissional-funcional.
- C)** A Constituição de 1988 prevê que todo ato da Administração lesivo aos bens públicos ou à moralidade será revisto administrativamente ou invalidado judicialmente.
- D)** A corrupção material e a corrupção moral têm a mesma procedência: a falta de princípios éticos e a de controle mais rígido por parte da sociedade civil e do poder público.

04. De acordo com o texto,
- A) os empresários, principais representantes da sociedade civil, envolvem-se em atos hediondos em busca de complementação salarial.
  - B) a aceitação das grandes corrupções na vida pública precede a tolerância de pequenos vícios na vida privada.
  - C) a corrupção degrada valores íntimos do cidadão sem, no entanto, anular os princípios mantenedores da dignidade da sociedade.
  - D) é indispensável que a ética integre a essência de qualquer ato estatal para que este seja válido e eficaz.
05. Na expressão “pequenas inversões axiológicas”, o termo em destaque
- A) é relativo aos valores éticos.
  - B) refere-se aos axiomas sociais.
  - C) relaciona-se aos direitos civis.
  - D) significa degradação moral.
06. Os termos em destaque no período “[...] já por convicção (o homem é o retrato de suas convicções), já por coerção jurídica.” estabelecem uma relação semântica de
- A) tempo.
  - B) alternância.
  - C) causalidade.
  - D) conformidade.
07. Observe o período a seguir.

“O Brasil precisa da contribuição de cada um de nós e espera que ela seja decisiva, concreta e diária, a fim de resgatarmos a virtude na vida brasileira.”  
(último parágrafo do texto).

Mantendo-se o sentido desse período, outra proposta de reescrita em conformidade com a norma padrão é:

- A) O Brasil precisa que cada um de nós contribua para o resgate da virtude na vida brasileira e espera que essa contribuição seja decisiva, concreta e diária.
- B) O Brasil precisa e espera que cada um de nós contribua para resgatarmos decisiva, concreta e diariamente a virtude na vida brasileira.
- C) O Brasil espera que cada um de nós contribuamos decisivamente, concretamente e diariamente, e precisa que resgatemos a virtude na vida brasileira.
- D) O Brasil espera que cada um de nós contribua e precisa que decisiva, concreta e diariamente resgatemos a virtude na vida brasileira.

08. A seguir, encontram-se fragmentos do texto com uma explicação para o uso da vírgula.

I	“A corrupção exteriorizada em ato costuma proceder da corrupção bem mais ampla e, no mais das vezes, interna.” – vírgulas utilizadas para demarcar um adjunto adverbial deslocado.
II	“[...] temos falhado no processo de indução ética, pois apenas isso explica o envolvimento de tantas pessoas em tantos atos hediondos [...]” – vírgula utilizada para separar a oração coordenada sindética explicativa da coordenada assindética.
III	“Não é só o suborno, a taxa de urgência, o chocolate ou a falsa simpatia nos balcões para obter pronto atendimento.” – vírgulas utilizadas para separar o aposto.
IV	“Há empresários, homens públicos e servidores estatais honestos por princípio.” – vírgula utilizada para marcar a supressão do verbo.

A explicação para o uso da vírgula está correta em

- A) III e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) I e II.

09. Outra possibilidade de concordância verbal igualmente aceitável, de acordo com a norma culta, está na opção:

- A) “Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, temos falhado no processo de indução ética [...]”.  
Nós, sociedade civil, e o Estado, há décadas, têm falhado no processo de indução ética [...].
- B) “[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...]”.  
[...] os princípios que mantêm a sociedade elevada e digna [...].
- C) “Se, na convivência informal, todos já precisamos de tratos éticos [...]”.  
Se, na convivência informal, todos já precisam de tratos éticos [...].
- D) “Tanto uma como outra podem assumir forma ativa e passiva [...]”.  
Tanto uma como outra pode assumir forma ativa e passiva [...].

10. A opção que apresenta o uso correto do acento grave de acordo com a norma culta é:

- A) A tolerância de superiores à falhas de subalternos não é condizente com a ética e a moralidade esperadas no serviço público.
- B) Das diárias às obras públicas, todos os pagamentos feitos com recursos governamentais devem obedecer aos rigores da legislação em vigor.
- C) Os atos de convivência profissional do funcionalismo devem ser éticos e condizentes com a moralidade à bem do serviço público.
- D) Atos estatais contaminados por corrupção são tão ofensivos que acabam por atenuar à ação de funcionários que não se envolvem em falcaturas.

11. Enfermeira lotada em local insalubre recebe a notícia de que está gestante. O fato é comunicado à Chefia. Nos termos da Lei nº 8.112/90, a servidora
- A) fará opção por permanecer ou ficar afastada do local insalubre.
  - B) deverá permanecer no local de trabalho.
  - C) será afastada do local insalubre enquanto aguarda a licença gestante.
  - D) será afastada do local insalubre enquanto durar a gestação e lactação.
12. De acordo com a Lei nº 8.112/90, considera-se remuneração
- A) retribuição pelo exercício da função de direção, chefia e assessoramento estabelecido em lei.
  - B) vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
  - C) adicionais e gratificações.
  - D) retribuição pecuniária pelo exercício do cargo com valor fixado em lei.
13. Servidor estatutário regido pela Lei nº 8.112/90, em estágio probatório, foi convocado para participar de curso de formação. O estágio probatório será
- A) interrompido, sendo o servidor exonerado.
  - B) interrompido e retomado a partir do término do impedimento.
  - C) suspenso e retomado a partir do término do impedimento.
  - D) suspenso, sendo o servidor demitido a partir do término do impedimento.
14. Servidor estatutário, não ocupante de cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, candidatou-se ao cargo eletivo de vereador. Durante o período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, foi concedida a licença para atividade política. De acordo com a Lei nº 8.112/90, durante esse período o servidor
- A) fará jus à remuneração pelo período de três meses.
  - B) terá direito à remuneração.
  - C) ficará sem remuneração.
  - D) será afastado, sem remuneração, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
15. Servidora pública federal faltou ao trabalho sem justificativa, de modo intencional, durante quarenta e cinco dias consecutivos. De acordo com a Lei nº 8.112/90, caso a hipótese de abandono seja comprovada em processo administrativo disciplinar, a penalidade a que está sujeita essa servidora é
- A) suspensão de trinta dias.
  - B) demissão.
  - C) advertência.
  - D) suspensão de cinco dias convertida em multa.
16. À luz do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais, a sindicância envolvendo um servidor, com 35 anos de serviço, **NÃO** poderá resultar em
- A) instauração de Processo disciplinar.
  - B) arquivamento do processo.
  - C) aplicação de penalidade de advertência ou suspensão até trinta dias.
  - D) afastamento preventivo do exercício do cargo com suspensão de pagamento.

17. Servidora efetiva de uma instituição federal de ensino requereu a aposentadoria compulsória. Segundo determina a Lei nº 8.112/90, a vigência da aposentadoria será
- A) a partir do dia imediato àquele em que a servidora atingiu a idade de setenta anos.
  - B) a partir da data da publicação do respectivo ato.
  - C) será facultado à servidora a data da publicação.
  - D) será de acordo com a conveniência e oportunidade da administração.
18. Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, **NÃO** se considera
- A) licença para tratamento de saúde de pessoa na família do servidor, sem remuneração.
  - B) tempo de serviço em atividade privada.
  - C) tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
  - D) licença para atividade política a partir da candidatura até o décimo dia seguinte ao da eleição.
19. Servidora estudante solicitou horário especial comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição. De acordo com a Lei nº 8.112/90,
- A) poderá ser concedido o horário especial, sem a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
  - B) poderá ser concedido o horário especial, com exigência da compensação de horário sem a redução de remuneração.
  - C) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e sem a redução de remuneração.
  - D) será concedido o horário especial, com a exigência da compensação de horário e a redução de remuneração.
20. Para os efeitos da Lei nº 8112/90, **NÃO** se constitui forma de provimento nem de vacância de cargo público
- A) promoção.
  - B) readaptação.
  - C) redistribuição.
  - D) aproveitamento.





25. De acordo com a classificação macroscópica do câncer gástrico precoce, os tipos mais frequentemente encontrados são
- A) tipo Is e tipo IIc + III.
  - B) tipo IIc e tipo IIc + III.
  - C) tipo III e tipo IIa+ IIc.
  - D) tipo IIc e tipo III +IIc.
26. É indicação de mucosectomia curativa para tratamento do câncer gástrico precoce:
- A) adenocarcinoma bem diferenciado tipo IIc até 2,0 cm.
  - B) adenocarcinoma bem diferenciado tipo IIb até 2,0 cm.
  - C) adenocarcinoma pouco diferenciado até 1cm localizado no corpo gástrico.
  - D) adenocarcinoma pouco diferenciado até 1,5 cm, associado à cicatriz de úlcera.
27. Sobre o linfoma MALT gástrico, afirma-se:

I	A erradicação do H. pylori em linfomas MALT de baixo grau, especialmente em estágio IE, deve ser considerada terapia inicial de escolha.
II	O componente neoplásico dos linfomas MALT consiste em células B provenientes das zonas marginais dos folículos linfoides.
III	Os linfomas MALT de baixo grau não são considerados neoplasias malignas verdadeiras, devido ao curso clínico favorável e à limitada capacidade de disseminação.
IV	As metástases linfonodais são mais frequentes nos linfomas gástricos precoces do que nos carcinomas gástricos precoces.

Das afirmações anteriores, estão corretas

- A) I, II e IV.
  - B) apenas I e II
  - C) apenas II, IV.
  - D) II, III e IV.
28. **NÃO** é considerada contraindicação absoluta da gastrostomia endoscópica:
- A) recusa do paciente.
  - B) gastrectomia subtotal.
  - C) ausência de motilidade intestinal.
  - D) estômago intratorácico.
29. Sobre a Técnica de Gauderer e Ponsky, é correto afirmar:
- A) É necessário ser realizada em ambiente de sala cirúrgica.
  - B) A introdução da sonda de gastrostomia é realizada por via retrógrada.
  - C) É uma técnica conhecida como técnica de tração.
  - D) A punção no estômago deve ser na parede anterior do corpo, junto à grande curvatura.

30. Em relação às gastrostomias endoscópicas percutâneas, afirma-se:

I	Há indicação da antibioticoprofilaxia em todos os casos, administrando-se, antes e após o procedimento, uma cefalosporina de primeira geração, que é a primeira escolha.
II	A infusão de dieta pós-procedimento só deve ser iniciada após 24 horas, devido ao risco de extravasamento do conteúdo gástrico.
III	A retirada da sonda de gastrostomia não deve ocorrer antes de quatro semanas, que é o tempo necessário para a consolidação de um trajeto fistuloso bloqueado.
IV	Banhos de imersão e natação podem ser praticados após um mês do procedimento.

Das afirmações anteriores, estão corretas

- A)** I, II e III.                      **B)** II, III e IV.                      **C)** I, III e IV.                      **D)** I, II e IV.

31. Na hemorragia digestiva alta não varicosa, o fator que está associado ao aumento do risco de ressangramento é

- A)** úlcera com vaso visível.  
**B)** úlcera localizada na grande curvatura gástrica.  
**C)** úlcera localizada na parede anterior do bulbo duodenal.  
**D)** úlcera associada à hematêmese importante.

32. Em relação às úlceras pépticas, afirma-se:

I	As úlceras bulbares localizam-se preferencialmente na parede posterior.
II	Perfurações nas úlceras gástricas geralmente ocorrem junto à parede anterior e à pequena curvatura.
III	Perfurações nas úlceras duodenais geralmente ocorrem na parede anterior.
IV	Úlceras bulbares na parede póstero-inferior relacionam-se com maior risco de hemorragia intensa.
V	Recomendação de que o controle pós-erradicação de <i>H. pylori</i> seja feito através da associação do teste da urease com a biópsia gástrica, que são os mais indicados para verificar a eficácia do tratamento.

Dessas afirmações estão corretas,

- A)** I, III e V.                      **B)** II, III e IV.                      **C)** I, II e III.                      **D)** II, IV e V.

33. Paciente de 55 anos, diabético, hipertenso e coronariopata, com antecedente de infarto e angioplastia há um ano, faz uso de AAS e clopidogrel, entre outras medicações e vinha apresentando, há 2 meses, diarreia pastosa sem mucos e/ou sangue, não associada a outras queixas. Procurou um gastroenterologista que solicitou uma colonoscopia com biópsias seriadas. Considerando essa caracterização e conforme as orientações da Sociedade Brasileira de Endoscopia, em relação ao uso de antiplaquetários, a conduta mais adequada a ser realizada é

- A)** não modificar o uso do tratamento e readministrar o clopidogrel 24 horas após o procedimento.  
**B)** não modificar o uso do tratamento e reintroduzir o clopidogrel somente após 72 horas, pois é o período de maior risco de complicações hemorrágicas pós-biópsias.  
**C)** descontinuar o AAS de 7 a 10 dias antes do procedimento e o clopidogrel 5 dias antes do procedimento.  
**D)** descontinuar o AAS e o clopidogrel de 7 a 10 dias antes do procedimento.

34. Os leiomiomas são os tumores mesenquimais mais frequentes no

- A)** estômago.                      **B)** esôfago.                      **C)** duodeno.                      **D)** cólon.

35. Em relação à indicação de profilaxia primária de varizes de esôfago, afirma-se:

I	Está indicada nos cirróticos Child-Pugh A com varizes de médio ou grosso calibre, somente na presença de sinais vermelhos.
II	Está indicado o uso de $\beta$ -bloqueadores nos cirróticos Child-Pugh B e C com varizes de fino calibre.
III	Tanto os $\beta$ -bloqueadores não seletivos quanto a ligadura elástica podem ser empregados como estratégias em cirróticos com varizes de médio e grosso calibre, com risco elevado de sangramento.
IV	Em pacientes cirróticos Child-Pugh A com varizes de médio e grosso calibre, sem sinais vermelhos, os $\beta$ -bloqueadores não seletivos são preferidos em relação à ligadura elástica.

Estão corretas as afirmações

- A) I, II e III.                      C) I, III e IV.  
B) I, II e IV.                      D) II, III e IV.

36. Em relação ao tratamento da HDA aguda por varizes de esôfago, é correto afirmar que

- A) a endoscopia digestiva alta deve ser realizada nas primeiras 12 horas do início do sangramento, por varizes esofágicas.  
B) as drogas vasoativas, entre elas a terlipressina, considerada agente de escolha, devem ser iniciadas o mais cedo possível, antes mesmo da realização da endoscopia e mantidas por até 2 dias.  
C) a terlipressina é considerada droga de escolha, pois, ao contrário da somatostatina e do octeotride, pode ser usada sem riscos em coronariopatas e em pacientes com doenças vasculares periféricas.  
D) o procedimento endoscópico de escolha é a ligadura elástica, e sua realização dispensa o uso do tratamento com drogas vasoativas.

37. Procedimento associado às maiores taxas de bacteremia relatadas:

- A) dilatação esofágica.  
B) polipectomia.  
C) colonoscopia.  
D) colangiopancreatografia endoscópica.

38. Considere os grupos de pacientes caracterizados a seguir.

I	Todos os pacientes submetidos à gastrostomia endoscópica.
II	Todos os pacientes com prótese cardíaca valvar/enxertos vasculares sintéticos colocados há menos de 6 meses, submetidos a qualquer procedimento endoscópico.
III	Todos os pacientes submetidos às drenagens endoscópicas transmurais de pseudocistos pancreáticos.
IV	Todos os pacientes submetidos à colangiografia endoscópica retrógrada, com dificuldade de drenagem ou drenagem incompleta da via biliar.

São recomendados para antibioticoprofilaxia nos procedimentos endoscópicos os grupos descritos em

- A) apenas I e IV.                      C) apenas II e III.  
B) I, III e IV.                      D) I, II e III.



43. Em relação à polipose múltipla familiar, afirma-se:

I	A complicação mais importante da polipose múltipla familiar é o câncer colorretal, presente em 100% dos enfermos não tratados.
II	A manifestação extraintestinal mais frequente é a presença de adenomas no trato digestivo superior.
III	Há um aumento do risco relativo de adenocarcinoma de duodeno e de papila de Vater.
IV	São suas variantes a síndrome de Gardner e de Turcot.

Das afirmações anteriores, estão corretas

- A) apenas I e II.
- B) apenas II e III.
- C) I, III e IV.
- D) I, II e III.

44. Sobre o rastreamento do câncer colorretal, afirma-se:

I	A recorrência de adenoma avançado é menor em indivíduos com adenoma proximal do que naqueles com adenoma distal em exame inicial.
II	Em pacientes com idade $\geq$ a 65 anos, a colonoscopia deve ser o método de escolha devido ao aumento de adenomas avançados de localização proximal.
III	Com base na evolução lenta do adenoma para câncer, o intervalo após uma colonoscopia inicial normal pode ser de 10 anos.
IV	Pacientes de idade acima de 75 anos devem ser excluídos dos programas de rastreamento, ficando indicada colonoscopia na presença de sintomas.

Dessas afirmações, estão corretas

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I e IV.

45. Sobre doença inflamatória intestinal e rastreamento de câncer colorretal, afirma-se:

I	A cromoscopia pancolônica com utilização do azul de metileno aumenta a detecção de neoplasia intraepitelial e carcinoma de cólon associado à Retocolite Ulcerativa.
II	A proctocolectomia está indicada se for encontrada displasia em pólipos não ressecáveis ou displasia de alto grau em mucosa plana.
III	O rastreamento deve ser realizado a cada 1 a 2 anos, após 7 a 8 anos de diagnóstico da colite ulcerativa e imediatamente após o diagnóstico de Doença de Crohn, já que o risco de câncer colorretal nesta última é maior.
IV	O rastreamento deve ser iniciado imediatamente na colangite esclerosante primária, independente do tempo de doença.

Dessas afirmações acima, estão corretas

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

46. Sobre o câncer colorretal precoce, afirma-se:

I	A polipose hiperplásica é rara, mas é considerada de risco aumentado para neoplasia colorretal.
II	As recidivas locais pós-mucosectomia devem ser primeiramente tratadas por ressecção cirúrgica.
III	A elevação da mucosa após injeção endoscópica exclui invasão da submucosa, permitindo a ressecção curativa.
IV	No carcinoma intramucoso, inexistente a possibilidade de metástase linfonodal, portanto seu tratamento de escolha é a mucosectomia ou a polipectomia endoscópica.

Das afirmações, estão corretas

- A)** I e IV.                      **C)** II e III.  
**B)** I e II                        **D)** II e IV.

47. A síndrome de Cowden caracteriza-se por

- A)** pólipos adenomatosos associados a hamartomas orocutâneos em face e tumor de cólon.  
**B)** pólipos hamartomatosos-hiperplásicos em todo trato gastrointestinal associado a macrocefalia, hemangiomas e tumor de cólon.  
**C)** pólipos adenomatosos associados a glioblastomas, meduloblastomas e tumor de cólon.  
**D)** pólipos hamartomatosos-hiperplásicos em todo o trato gastrointestinal associado a tumor de mama, tireoide e de cólon.

48. A localização mais comum dos lipomas no cólon é no

- A)** descendente.  
**B)** transverso.  
**C)** ascendente.  
**D)** sigmoide.

49. Os tumores carcinoides do trato digestivo são mais frequentes

- A)** no apêndice cecal.                      **C)** no reto.  
**B)** no íleo.                                      **D)** no estômago.

50. Considere as seguintes afirmações em relação às complicações das cirurgias bariátricas:

I	Fatores que aumentam o risco de úlceras marginais são tabagismo e uso de anti-inflamatórios não hormonais.
II	As úlceras marginais são frequentemente vistas nos primeiros 30 dias pós-procedimento.
III	As úlceras marginais ocorrem na anastomose gastrojejunal, geralmente do lado intestinal.
IV	A ocorrência de estenoses gastrojejunais não pode ser associada às úlceras marginais.

Das afirmações anteriores, estão corretas

- A)** I e III.  
**B)** II e IV.  
**C)** I e II.  
**D)** III e IV.